

## SES/RJ APRESENTOU O 1º RDQA EM AUDIÊNCIA PÚBLICA NA ALERJ; CONSELHO ESTEVE PRESENTE

A Secretaria de Estado de Saúde apresentou hoje (12), às 11h, durante Audiência Pública convocada pela Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, o 1º Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (1º RDQA) da saúde do estado. Estiveram presentes toda a área técnica da SES, além do próprio subsecretário, com destaque para os setores de Planejamento, Vigilância em Saúde, Atenção Básica e Unidades Hospitalares. Já o Conselho Estadual de Saúde foi representado pelos (as) conselheiros (as) Solange Belchior, Sylvia Daflon, Magno Rocha, Márcio Berman, Rita Vassoler, Antônio Moraes e Filipe dos Anjos. A conselheira Solange Belchior substituiu, na fala, a presidente do Conselho, Zaira da Costa. D. Zaira não pode comparecer por motivos de saúde. Leia a íntegra no Blog do CES-RJ:

<https://cesri.com/2019/09/09/ses-apresenta-o-1o-rdqa-na-comissao-de-saude-da-alerj-ces-rj-esteve-presente/?fbclid=IwAR3CaedD67H1YzNWAMqgz-QnIVetrvpJH10BwaQuuSUQ1ztrmmwN9QUIREY>



## COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO ANALISA ALTERAÇÕES NO REGIMENTO INTERNO DO CES

A Comissão de Legislação do Conselho Estadual de Saúde do Rio de Janeiro esteve reunida no dia 30 de setembro na sala anexa do CES-RJ. Em pauta, a elaboração de minuta para alterações no Regimento Interno do Conselho, aprovada em plenário. Esta elaboração de minuta foi deliberada ainda no mandato anterior. Novas reuniões estão marcadas.

## CALENDÁRIO DE REUNIÕES ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS DO CES-RJ EM 2019



| Outubro | Novembro | Dezembro |
|---------|----------|----------|
| 15      | 12       | 10       |
| 19      | 27       | 17       |

## NA ALERJ, SES/RJ APRESENTA MEDIDAS DE COMPENSAÇÃO PARA O PCCS DA SAÚDE; PARLAMENTARES PROPÕEM REUNIÃO COM O GOVERNADOR



A Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), presidida pela deputada Martha Rocha, convocou segunda-feira (23) uma Audiência Pública para a apresentação do plano de compensação financeira do estado para viabilizar a implementação do Plano de Cargos, Carreira e Salários aprovado por esta mesma Assembleia ano passado. O próprio secretário de estado de saúde, o Srº Emar Santos, esteve pessoalmente no auditório anexo da Alerj para a apresentação dessas medidas e também ouvir as reivindicações dos servidores e das lideranças do Movimento PCCS JÁ! A luta dos servidores encontra empecilhos para a imediata implementação da Lei 7946/2018. Um deles, e talvez o principal, se baseia nas limitações impostas pelo Regime de Recuperação Fiscal no qual está inserido o estado, o que impede o aumento de despesas, tais como reajustes salariais do funcionalismo, realização de concursos públicos (mesmo que sejam para repor quadros que se aposentaram) e contratações. Diante disso, o governador Wilson Witzel ajuzou no mês de maio ação no Supremo Tribunal Federal para suspender a obrigação de rever cargos e salários de servidores da área de saúde. Já as medidas apresentadas pela SES/RJ visam absorver o impacto de cerca de 4 bilhões de reais diluídos em 48 meses após a vigência do plano de carreiras dos servidores. Dentro das medidas compensatórias elaboradas pela secretaria estão a extinção de 5 mil cargos vagos, a concessão de aposentadoria (compulsórias, por tempo e proporcionais) na SES e no laserj, 4338 mil e 437, respectivamente, a extinção de cargos vagos por conta de exonerações à pedido e falecimentos na SES e no laserj, 174 e 31, respectivamente, fazer com que a cessão de servidores da pasta da secretaria e laserj seja onerosa para o destino, 2599 e 45, respectivamente e a implantação de um Plano de Demissão Voluntária (PDV).

### Secretário pede para que os servidores aguardem o STF

Em que pese o esforço da Secretaria de Estado de Saúde para que, de fato, o PCCS da Saúde e laserj seja implementado o quanto antes, Emar Santos pediu calma ao funcionalismo e sugeriu que se espere um posicionamento final do Supremo Tribunal Federal. A ADI ajuzada pelo Executivo estadual tem como relatora a ministra Rosa Weber.

### Servidores discordam e sugerem que o estado implemente de imediato o PCCS

Lideranças do Movimento PCCS JÁ! argumentam que não é necessário que o estado aguarde a palavra final da Suprema Corte, já que existem pareceres favoráveis da Alerj e da Advocacia-Geral da União alegando que a lei do plano de cargos não fere a Constituição. Segundo Andre Ferraz, diretor da Associação dos Servidores de Vigilância Sanitária do Rio (Asservisa), "existe caixa suficiente no Executivo para arcar com os impactos da lei". Ferraz também disse que se o estado cumprisse com os 12% da receita anual da saúde, seria possível a rápida efetivação das reivindicações dos servidores. **O Conselho Estadual de Saúde se manifesta favoravelmente ao PCCS ainda este ano:** Márcio Berman, servidor estadual e membro da Asservisa, além de conselheiro estadual de saúde, esteve presente na mesa representando também Zaira da Costa, presidente do CES-RJ. Nesta ocasião, Berman salientou que a luta pelo PCCS da Saúde vem com data anterior à crise financeira na qual o estado do Rio de Janeiro está mergulhado e anterior à recuperação fiscal assinada entre o estado e a União em 2017. O conselheiro fez questão de dizer que o pleito dos servidores é legítimo e justo, pediu respeito à legalidade da lei aprovada e fez um apelo ao governador para que dê por encerrada a judicialização do PCCS. Vale lembrar que o Conselho Estadual de Saúde aprovou este ano uma Moção de Apoio ao plano de cargos dos trabalhadores da saúde.

### Parlamentares querem reunião com Witzel e formação de frente de deputados em Brasília

Diversos parlamentares estaduais e federais estiveram presentes na audiência, dentre eles Paulo Ramos (PDT-RJ) e Alexandre Serfotius (PSD-RJ), que atuam na Câmara Federal, Enfermeira Rejane (PCdoB-RJ), Waldeck Carneiro (PT-RJ), Martha Rocha (PDT-RJ), Mônica Francisco (PsoL-RJ) e Márcio Gualberto (PSL-RJ). A presidente da Comissão de Saúde da Alerj, a deputada Martha Rocha, elaborou junto com os presentes dois principais encaminhamentos que deverão ocorrer em breve para que o PCCS da Saúde ocorra de maneira mais rápida. O primeiro deles é a formação de uma frente de deputados estaduais e federais para articular, em Brasília, diálogos com a ministra Rosa Weber e demais magistrados. Outro encaminhamento promete viabilizar uma reunião entre servidores da saúde e o governador. Segundo Martha Rocha, "a reunião é para cobrar do governador que ele implemente o PCCS e cumpra o que prometeu na campanha eleitoral. A Advocacia-Geral da União já deu parecer entendendo a improcedência da Ação Direta de Inconstitucionalidade impetrada pelo governo do estado, já que na lei do Regime de Recuperação Fiscal há excepcionalidades para Saúde, Educação e Segurança. Está faltando vontade política".

## CONSELHEIROS ESTADUAIS E MUNICIPAIS RECEBEM TREINAMENTO PARA UTILIZAÇÃO DO DIGISUS

Conselheiros receberam instruções na quinta-feira (26) durante aula no edifício do NEMS; secretário executivo do CES também se capacitou para utilização do sistema digital



O digiSUS é a estratégia do Ministério da Saúde (MS) de incorporação da saúde digital (e-Saúde) como uma dimensão fundamental para o Sistema Único de Saúde (SUS). Por meio da disponibilização e uso de informação abrangente, de forma precisa e segura, a ação visa à melhoria constante da qualidade dos serviços, dos processos e da atenção à saúde. Em todo o mundo, o uso da Saúde Digital tem constantemente mudado a forma de organização e disponibilização dos serviços de saúde. Iniciativas como o Cartão Nacional de Saúde (CNS) e o Registro Eletrônico de Saúde (RES) são exemplos deste cenário. Neste contexto, é que o Ministério da Saúde (MS) institui a **estratégia de saúde digital no Brasil – digiSUS**: uma iniciativa formada a partir de experiências historicamente acumuladas por um conjunto de atores (gestores, especialistas, pesquisadores, representantes de entidades e de conselhos de classe) envolvidos no desenvolvimento de Tecnologias de Comunicação e Informação (TIC) em saúde. Com o objetivo de aumentar a qualidade e ampliar o acesso à atenção, a implementação desta estratégia se traduz em projetos e ações inseridos na abordagem digiSUS, que, por meio de um resgate histórico de conceitos e experiências estruturados nacional e internacionalmente, intencionalmente agiliza o atendimento e melhorar o fluxo de informações para apoio à decisão em Saúde. *Até 2020, a e-Saúde estará incorporada ao SUS como uma dimensão fundamental, sendo reconhecida como estratégia de melhoria consistente dos serviços de Saúde por meio da disponibilização e uso de informação abrangente, precisa e segura que agilize e melhore a qualidade da atenção e dos processos de Saúde, nas três esferas de governo e no setor privado, beneficiando pacientes, cidadãos, profissionais, gestores e organizações de saúde.* (fonte:MS)

